



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

RECANTO DAS EMAS OU DO RORIZ?**ESPAÇOS POLÍTICOS NO DISTRITO FEDERAL****RECANTO DAS EMAS OR OF RORIZ?****POLITIC SPACES IN FEDERAL DISTRICT**

Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos
Universidade de Brasília - UnB
salvejorge@gmail.com

Resumo

O presente artigo trata da cidade do Recanto das Emas, Região Administrativa do Distrito Federal. Através da análise das narrativas memorialísticas de algumas moradoras da cidade, é possível (re)construir algumas possibilidades dessa cidade, entre elas, a relação com importantes figuras políticas do DF na constituição desse espaço.

Palavras-chave

História urbana. Memória. Joaquim Roriz.

Resumen

El presente artículo trata de la ciudad del Recanto das Emas, Región Administrativa del Distrito Federal. A través del análisis de las narrativas memorialísticas de algunas moradoras de la ciudad, es posible (re)construir algunas posibilidades de esa ciudad, entre ellas, la relación con importantes figuras políticas del DF en la constitución de ese espacio.

Keywords

Historia urbana. Memoria. Joaquim Roriz.

Abstract

The present article is about the city of Recanto das Emas, Administrativa Region of the Federal District of Brazil. Through the analysis of the memorialistic narratives of some city dwellers, it is possible to (re)build some possibilities of this city, among them, the relation with important political figures of the FD in the constitution of this space.

Keywords

Urban history. Memory. Joaquim Roriz.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (CERTEAU, 2014, p.159)

É o Recanto das Emas que surge em 1993? Temos ali uma cidade na assinatura da lei 510/93¹ em 28 de julho de 1993? Ou na publicação do decreto 15046/93² em 22 de setembro? Os documentos referem-se a uma nova "Região Administrativa", uma "zona urbana" e buscam "fixar seus limites". Existe, portanto, um corte oficial que marca a fundação do Recanto das Emas em 1993, com a separação da área da Região Administrativa (RA) do Gama, DF. Mas o mesmo não se aplica necessariamente às experiências das moradoras e moradores, que vivem seus recantos para além dos marcos oficiais. Como nos mostra a estudante Ana Karoline, que narra a conquista da avó como se essa mesma o narrasse à neta: "pra ganhar a minha casa foi muito difícil, muito sofrimento, fui para a invasão pra ganhar a casa, quando eu ganhei, eu chorei muito"³.

O objetivo do presente artigo é dar a ver e a ler o Recanto das Emas na narrativa que construí a partir das narrativas das memórias de suas moradoras. E trato essas narrativas, a minha e a das narradoras, sintonizado com as reflexões de Walter Benjamin, para quem a narrativa é "uma forma artesanal de comunicação como já indicado anteriormente. Ela não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele" (BENJAMIN, 1994, p. 205). Como espaço vivido⁴ por seus habitantes, mapeado por alguns e desconhecido por tantos, o Recanto das Emas pode ser contado e lido de diversas formas: como cidade-satélite⁵ do DF, como canto de memórias ou como espaço político, entre outras

¹ Lei nº 510/93 – Cria a Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV. O primeiro plano diretor em que a área do Recanto é tratada como área urbana é PDOT de 1997, antes aparecia como zona de expansão urbana do Gama no PDOT 1992.

² Decreto 15046/93 - Fixa os limites da Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV.

³ O trabalho Biografia da Minha Avó foi produzido pela aluna Ana Karoline do 6o ano C do CEF 308 do Recanto das Emas em março de 2012 para a disciplina história.

⁴ Penso o espaço vivido como o define Certeau, para quem "o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos - um escrito" (CERTEAU, 2014: 184). Em contraposição a essa definição de Certeau do espaço como um lugar praticado, é usual entre geógrafos uma definição oposta, onde o lugar é definido como um espaço praticado. Nesse sentido, Lousada define que "o lugar é, assim, um bocado de espaço dotado de sentido, sentido que é o resultado de práticas sociais e de representações" (LOUSADA, 2005: 37).

⁵ Uma vez que o DF não pode ser dividido em municípios, sendo ocupado apenas por Brasília, a denominação de cidade-satélite foi comumente usada para se referir às cidades que iam surgindo às margens do Plano Piloto, pelo menos até 1998, quando a lei 19.040/98 do governador Cristovam Buarque proíbe o termo nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

possibilidades. Aqui tratarei da última dessas formas. Encontrar e se perder nas formas de contar as práticas desse espaço, seus cantos, recantos, ou como nos propõe Michel de Certeau:

Eu gostaria de acompanhar alguns procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade ([CERTEAU](#), 2014, p. 163).

Certeau dedica especial atenção à fala dos passos perdidos, à habitabilidade, ao lembrar os lugares. Como definir esse indefinido espaço vivido? Ou será possível apenas cruzar com ele pelos cantos? A tensão entre contar as vivências e familiaridades imbricadas nas práticas do espaço cotidianas e seu fazer é um problema central para contarmos esse contar o Recanto das Emas. Como indica o próprio Certeau:

O espaço assim tratado e alterado pelas práticas se transforma em singularidades aumentadas e em ilhotas separadas. Por essas inchações, diminuições e fragmentações, trabalho retórico, se cria um fraseado espacial de tipo antológico (composto de citações justapostas) e elíptico (faz buracos, lapsos e alusões). Em vez de o sistema tecnológico de um espaço coerente e totalizador, "ligado" e simultâneo, as figuras ambulatórias introduzem percursos que têm uma estrutura de mito, se ao menos se entende por mito um discurso relativo ao lugar / não lugar (ou origem) da existência concreta, um relato bricolado com elementos tirados de lugares-comuns, uma história alusiva e fragmentária cujos buracos se encaixam nas práticas sociais que simboliza ([CERTEAU](#), 2014, p. 168).

Atentar ao que ora é densificado, ora é cortado. O que é dito, desdito, redito, bendito e o que é mal dito ou nem dito ou silêncio maldito. Nesse meu trabalho de história da memória das moradoras do Recanto das Emas, utilizo as narrativas sob a perspectiva de uma "forma de saber" da história oral. Segundo Seawright, essa possibilidade de pesquisa "é menos utilizada e indica a valorização da sabedoria do narrador" ([SEAWRIGHT](#), 2017, p. 3). Afinal, trata-se de esforço que valoriza a experiência de quem narra, essa "experiência que passa de pessoa a pessoa" de que nos fala Benjamin e "é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos" ([BENJAMIN](#), 1994, p. 198). No meu entendimento, isso significa ir além de leituras mais tradicionais da "cidade planejada e visível", mencionada por Certeau, pensando, inclusive, conforme indica José Meihy, na "subversão do princípio da história que viria do pretérito para o presente e a consagração do



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

inverso - do presente para o passado - aliado a um novo protagonista da trama - o narrador" (MEIHY, 2006, p. 447). As narrativas dessas memórias da cidade vão se infiltrando pelas brechas até serem nossas guias pelo caminho que trilhei para construir minha narrativa.

1. Espaço político

A partir do momento em que o DF passa a contar com eleições para deputados e senadores, mas particularmente no período que antecede às eleições diretas pra governador, em 1990, a disputa pelo controle das terras públicas pelo GDF intensifica o estabelecimento de novas cidades-satélites e a distribuição de lotes em troca de apoio político. A moradora Maria João⁶ avalia de maneira crítica, em sua narrativa, os termos dessa relação de troca, ao ressaltar que "a melhora mesmo é se os governos, eles encarassem a população né, com respeito, né, porque quando eles vão pedir voto, pedir essas coisas assim, eles não ficam fazendo um monte de promessa? Fazer isso, fazer aquilo, né. Então, era isso" (MARIA JOÃO, 2016). Já Maria Clara nos conta que nem esses períodos eleitorais tem rendido algum retorno na melhoria da cidade, "e olhe lá. Tem vezes que nem em época de eleição" (MARIA CLARA, 2017).

Com efeito, a alteração no projeto inicial de Samambaia atende justamente a esses interesses eleitoreiros, assim como a criação do Recanto das Emas e de outras cidades-satélites no período eleitoral seguinte, já durante o primeiro governo eleito de Roriz. Ana narra ter sido contemplada com dois lotes em Samambaia, em 1990, ainda que só tenha recebido um. Ela já atribui essa conquista à figura do então governador indicado Roriz, quando define que "eu ganhei lote através do Roriz" (ANA, 2016). O processo é assim dado a ver e a ler pela moradora:

- Ó, foi no tempo do Roriz, a gente inscreveu, eu acho que foi rápido.
- Foi rápido?
- Foi rápido que a gente ganhou.
- Na época, a inscrição tava no nome do seu companheiro ou da senhora?
- Eu fiz duas inscrições, ou ele fez uma inscrição, eu fiz outra né, porque como nós não éramos casados. Aí, saiu o meu nome, saiu o nome dele. Só que, o dele, bom, no jornal, porque era, saiu num jornalzinho, né.
- Uhum.
- Aí, saiu o nome dele e saiu o meu nome. Aí, na época, eu tava grávida, tive que ir pra Tocantins ganhar a minha filha mais nova, aí ele foi, correu atrás do dele, eu como

⁶ Os nomes das moradoras e suas parentes foram alterados. Foram realizadas dez entrevistas semi-direcionadas através do método de história oral.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

fui pra Tocantins, que eu tinha que ligar da minha filha mais nova, que tem vinte e seis anos agora né, aí eu perdi a minha inscrição.

- Mas o da senhora, que a senhora perdeu era em Samambaia também?
- Era em Samambaia também, que saiu ([ANA](#), 2016).

Além do tanto que se conta, há muito que não se conta sobre como o marido "correu atrás" do lote dele para recebê-lo. Em sua narrativa, Ana perde a oportunidade por ir para Tocantins com dois filhos, menos a caçula que fica na casa da tia na M Norte, enquanto o marido garante sua inscrição que havia saído no jornal, "no tempo do Roriz". É interessante também destacar que o casal atua dentro das possibilidades oferecidas ao fazer cada qual o seu cadastro, já que não eram casados, embora isso também pareça ser o impeditivo do recebimento do lote em sua inscrição.

A figura de Roriz é tão associada ao recebimento de lotes por essas moradoras, que passa a ser a identidade daquele tempo em seus imaginários e em suas narrativas. Assim como Ana, Antônio também identifica o tempo em que se recebe um lote como uma "época do Roriz". Para ele, é essa a marca do período em que uma vizinha atual recebeu o lote, pois "eles tiveram lote, tinham casa na Samambaia na época do Roriz, que doou também esses lotes, eles pegaram e venderam, então, quem vende é porque não precisa, né?" ([ANTÔNIO](#), 2017). Doação como a que também contemplou a irmã desse mesmo morador, que o trouxe para morar no lote recebido por ela em Samambaia. Mas essa "época do Roriz" também se aplica ao período em que ele conheceu o Recanto das Emas, já que nos narra que "eu vinha, que tinha uns vizinhos meus lá, que tinham lote aqui, eu vinha de lá. A gente vinha aqui no lote deles, na época que eles tavam arrumando também, que tudo foi na época do Roriz, que foi doado também. Só que pra lá foi primeiro, né" ([ANTÔNIO](#), 2017). Essa "época do Roriz" é um tempo marcado pela figura do então governador, que se estende ainda para o período do recebimento do próprio lote e da chegada às quadras 500s, que conforme nos conta Antônio, "tudo é a mesma época, tudo é novinho, tudo é do mesmo tempo que eu vim pra cá. Não tinha nada essa parte aqui, isso aqui foi tudo da época do governador Roriz. A única coisa que tinha aqui é uma parte aqui da 508" ([ANTÔNIO](#), 2017). Uma época onde "foi tudo" e "tudo foi".

Além dessa marca que identifica o tempo de receber um lote nas narrativas das moradoras do Recanto das Emas, a figura de Roriz é dada a ler e a ver como se o próprio governador realizasse os cadastros e entregasse os lotes a essas pessoas, que buscavam um espaço de morar para chamar de seu. É assim, também, que nos conta Arlete:



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

É, eu morava na Ceilândia na, na data que o Joaquim Roriz tava cadastrando os loteamentos, né, lá. Eu fiz o cadastro sem esperança de ganhar, pouca esperança, mas Deus abençoou que eu consegui, saiu primeiro pra Samambaia, lá pra expansão. Só que veio dois no meu, no meu documento veio dois, no meu lote veio duas pessoas com um endereço só, né ([ARLETE](#), 2016).

Assim como Ana e a irmã de Antônio, Arlete é contemplada em Samambaia, mas duas pessoas são designadas para um mesmo lote e ela narra que escolhe esperar pelo Recanto das Emas. Mas o tempo, "a data", é identificado pela atuação de Roriz. Em sua narrativa, Dasdores também se refere várias vezes à figura do ex-governador Roriz, bem como de sua esposa Weslian Roriz, aos quais atribuiu o recebimento de seu lote. Ela narra assim o episódio:

Em 92, eu trabalhava lá né, na Granja do Ipê, ainda, que eu entrei em 89, fui pra lá, aí ela mora logo na frente, não sei se você sabe, a residência dele, cê sabe, pois é, nós, eu conheço por ali, eu não sei se ainda mora. Aí nesse 92, a diretora que era a Esmeralda, que já aposentou, chegou com todos nós e disse assim "olha, a esposa do doutor Joaquim Roriz vem aqui trazer umas roupas, o exército vai trazer um caminhão, vai trazer umas roupas pras crianças", que ela doava muito, ela ajudava muito por detrás, ninguém sabia, mas ela fazia muito esse lado humano, né, ninguém via muito, mas ela fazia muito essas roupas e eu sabia que ela fazia. Aí atrás, "ela vai trazer roupas pras crianças, cobertor e tudo mais", que naquele tempo, as crianças eram filhos dos caseiros de lá, sabe, depois acho que já melhorou mais. "Aí vocês aproveitam, quem quer seu lote aproveita que ela vem aqui", eu digo "ai meu Deus", já tinha um tempo que eu tinha inscrito né, mas não tinha recebido, eu digo "é minha vez". Quando ela chegou, eu fiz o meu pedido, mas ela foi tão simples né, que foi rápido. Ela sentou e a diretora veio "doutora dona Weslian né, dona Weslian", muita alegre, muito humilde, meu tamaninho ela, mas uma bonequinha, ela era muito linda né. Aí disse assim "as minhas funcionárias aqui da escola tão querendo lote, querem ganhar um lote que elas não tem". Aí sentou "então vamos". Eu fui a primeira. Eu disse que eu tinha meus filhos, já tinha né e eu não tinha onde morar, morava de aluguel. E aí, ela com um papelzinho desse tamaninho, ela escreveu o nome dela, acho que eu nem me lembro, só sei que no outro dia eu fui na SHIS, que era a antiga SHIS, é, e já meu nome tava pronto, passou 93, saiu meu lote saiu no jornal. Então, já tava tudo prontinho, já tava, não paguei nada né ([DASDORES](#), 2016).

A gratidão pelo então governador e sua esposa é elemento central da narrativa, que começa falando da proximidade entre o local de trabalho de Dasdores e a residência do então governador, um espaço conhecido. Merece algum destaque a figura intermediadora, a diretora Esmeralda. Um destaque maior é dado à construção da imagem da primeira-dama. Na narrativa, é a diretora quem sinaliza sobre a possibilidade do lote através da importante visita, instiga com "aproveita que ela vem aqui", talvez por ser essa a verdadeira razão da visita da esposa do governador. Já Weslian Roriz é apresentada como caridosa, muito humana, uma pessoa simples, "muito alegre, muito humilde", "uma bonequinha", "do meu tamaninho". Por



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

um lado, Weslian Roriz é lembrada e contada como gente como a gente, ainda que também seja "a doutora dona Weslian" na fala da diretora. É a diretora quem apresenta a demanda pelos lotes - "as minhas funcionárias aqui da escola tão querendo ganhar lote" -, uma demanda que é significada como justa, afinal "querem ganhar um lote que elas não tem", e como Dasdores dissera antes "já tinha um tempo que eu tinha inscrito né, mas não tinha recebido". Embora existisse o processo de inscrição legitimador do direito, foi graças à intervenção da primeira-dama, "ela com um papelzinho desse tamaninho, ela escreveu o nome dela", que materializou o sonho de ser proprietária. Como se entregasse o lote da própria mão, ajudando por detrás, sem que ninguém precisasse saber, embora houvesse quem sabia, como a diretora, que alertou suas funcionárias e atua no sentido de naturalizar o processo.

A memória construída sobre essa experiência de recebimento do lote ressignifica o ato como parte da "muita caridade" feita pela então primeira-dama do DF⁷, não como parte do projeto político de Roriz para as eleições que se dariam. A moradora não percebe como problemático o uso do espaço da escola pública ou a indicação pessoal da esposa do governador, que viola os critérios oficiais de inscrição do governo, em uma distribuição extra-oficial de lotes. Dasdores, porém, diz ter sido contemplada pela SHIS⁸, a "antiga SHIS", embora a lembrança já não tenha tons definitivos, oscile entre o "eu nem me lembro" e "só sei que no outro dia". Já a doação de Weslian Roriz ficou retida em sua mente, quando a moradora conta que estava "tudo prontinho", "passou 93, saiu meu lote saiu no jornal". Um lote bom de esquina, que não foi ocupado inicialmente, pois, como comentado, Dasdores possuía um lote em Valparaíso. O lote no Recanto das Emas acabou sendo invadido, até que ela o ocupou definitivamente ao construir um barraco.

Na narrativa de Maria Alcinda também há muita gratidão pela atuação do ex-governador Roriz. Tanto ela quanto o marido exaltam a figura de Roriz, apesar de serem críticos em relação aos políticos de maneira geral. O casal lembra o recebimento do lote como um presente do então governador e a moradora, inclusive, o representa em sua narrativa como um pai provedor, "papai Roriz não tem mais não, pra dar não" (MARIA ALCINDA, 2016). Esse entendimento revela-se pelo confronto de ideias com a nora, que acusa o governador de buscar benefícios próprios em um dado momento da entrevista:

⁷ Na eleições de 2010, Weslian Roriz foi candidata ao governo do DF, substituindo o marido Roriz, que renunciou à candidatura que era questionada na justiça. A candidata Weslian Roriz (coligação PSC/PP/PR/DEM/PSDC/PRTB/PMN/PSDB/PTdoB) enfrentou o candidato Agnelo Queiroz (coligação PT/PDT/PRB/PTB/PSB/PCdoB/ PMDB/PPS/PHS/PTC/PRP). Agnelo foi eleito com 875.612 votos, contra 449.110 de Weslian Roriz.

⁸ Sociedade de Habitações do Interesse Social (SHIS), foi criada em 1962 para lidar com a questão habitacional no DF. Em 1994, o GDF substituiu a SHIS pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional (IDHAB).



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

(Marido) - Aqui era da Só Frango, antigamente, essa área todinha, esse Recanto todinho era da Só Frango.

(Eu) - Eles devem ter recebido um dinheiro bom né.

(Marido) - Foi o Roriz.

(Eu) - Pra desapropriar isso aqui?

- É. Uhum.

(Marido) - Foi o Roriz. Que desapropriou tudinho.

- Graças a Deus, que naquela época tinha o Roriz pra dar lote pros pobres né.

(Nora) - Pra roubar também né...

- É. Tem nada não, roubou mas deu também né. Porque o tanto que o pessoal falam que ele roubou, mas o tanto de gente que ficou com a sua moradia e que não tinha onde morar né. Agradeço a ele né. Pessoal fala, fala...

(Marido) - Pior esse que tá aí roubando e não tá dando nada, pior é esse aí.

- Pior é esse que tá roubando e não está fazendo nada por nós, né. Ele não, roubou, mas pelo menos alguma coisa ele fez, porque tanta gente que morava de aluguel e tal e tem onde morar hoje. Por causa dele né? Roubou, mas deu também um bucadinho.

(Eu) - A senhora acha que ele foi importante pra...

(Filha) - Pra nós foi.

- Pra nós foi, moço, eu não sei pros outros. Agora, pra mim mais pra minha família foi, porque acho que se não fosse por ele, acho que eu nem tava mais em Brasília, porque fazendo o que? Das coisas do jeito que tá, com quatro meninos, olha, mas rapaz. Falo mesmo. Agradeço muito, primeiro a Deus, segundo lugar a ele ([MARIA ALCINDA](#), 2016).

A gratidão da moradora a Roriz só é precedida pela gratidão a Deus, como faz questão de registrar. Se a nora destaca que ele roubou também, essa avaliação é imediatamente relativizada e questionada pela narradora, que ressalta que "o pessoal falam que ele roubou", pois "o pessoal fala, fala". Para ela, muito mais importante é o número de pessoas que não tinha seu espaço de morar e passa a ter onde morar. Para seu marido, Deusmar, pior que a atuação de Roriz, que roubou, mas repartiu de alguma forma com os necessitados, é o atual governador, que também está roubando, mas sem qualquer contrapartida para a população carente. Sintonizada com essa perspectiva, a esposa acrescenta logo que "não está fazendo nada por nós". Nesse momento da narrativa, ela reconhece que Roriz "roubou, mas pelo menos alguma coisa ele fez", concordando com o marido, participando da construção da imagem de Roriz como um "salvador da pátria". Nesse imaginário, ele é significado como um "bom ladrão", quase um Robin Hood, ante a importância de sua política que retirou as pessoas pobres do ônus do aluguel, a elas permite construir um canto, um espaço de morar, ao mesmo tempo que qualifica as práticas eleitoreiras e personalistas do governador como corretas, ao ressaltar que ele "roubou, mas deu também um bucadinho", teria transformado o Recanto que "era da Só Frango" em recantos para os pobres. Sob tal lógica, a moradora sublinha que "falo



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

mesmo", deixando claro sua insatisfação e recusa às acusações e questionamentos ao governador Roriz, a quem ela atribui a permanência não só dela, mas de sua família em Brasília, "olha, mas rapaz".

Entre opositores de Roriz, bem como entre alguns veículos de imprensa e análises acadêmicas tornou-se usual a identificação de Roriz e suas políticas como populistas. Ângela Gomes analisa que o conceito de populismo é problemático e cercado de tensões ao destacar que:

Se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população (GOMES, 1996, p. 32).

Por ser um conceito tão enraizado na cultura política nacional, é importante não identificar o populismo como um fenômeno simplesmente imposto à população por lideranças personalistas e carismáticas, mas sim como uma relação que envolve interesses de ambos os lados, como é possível perceber nas falas de Maria Alcinda e Deusmar. Em seu artigo, Gomes enfatiza como essa visão pejorativa é a que prevalece na definição do populismo e das políticas ditas populistas. Nesse sentido, prossegue a autora:

Ele tem um significado preciso e incorporado à memória coletiva daqueles que, em graus variados, têm participação política: o de estigmatizador de políticos e da política em nosso país. São populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais. É o populismo, afinal, que demonstra como "o povo não sabe votar" ou, em versão mais otimista, "ainda não aprendeu a votar". Daí decorrem uma série de desdobramentos lamentáveis que, no limite e paradoxalmente, podem justificar a supressão do voto em nome da "boa política" (GOMES, 1996, p. 32)

Com o devido cuidado para não esvaziar a importância da escolha dos sujeitos dessas experiências, suas táticas e estratégias (Cf. CERTEAU, 2014, p. 94), mesmo que se tratem de atores com recursos desiguais, é preciso fazer a crítica dessas relações que impedem práticas efetivamente de cidadania e justiça social (Cf. GOMES, 1996, p. 58). Cervi enfatiza em artigo sobre vários textos que tratam do populismo, que este "continua presente na política brasileira, que ainda preserva resquícios da dependência de lideranças fortes e da ausência de instituições formais que possam representar os interesses sociais de maneira impessoal e não



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

clientelista" (CERVI, 2001, p. 155). Portanto, é possível perceber através das memórias narradas por moradoras do Recanto das Emas como Maria Alcinda e Dasdores, que essa relação passa pelo vínculo a um líder carismático e personalista, que se aproveita das demandas populares por moradias e serviços públicos, mas também pela apreensão e uso do que é recebido de acordo com as próprias vivências dessas mulheres. Essas pessoas estão atentas às oportunidades de realizar duas inscrições como fizeram Ana e o ex-marido, ou de colocar um irmão para residir no lote recebido como fizeram Antônio e sua irmã, ou de burlar a lista de inscritos como fez Dasdores, ou se encaminhar para uma invasão como Maria Alcinda e sua família. Essas experiências se articulam ao imaginário que permite ver o populismo de Roriz, não como desonesto, espúrio ou eleitoreiro, mas como paternalista e garantidor de direitos, como o direito a um espaço de morar.

Para perceber a força desse imaginário, embora Maria Alcinda diga que "naquela época tinha o Roriz pra dar lote pros pobres", me parece interessante destacar, que ela muito provavelmente recebeu seu lote durante o governo Cristovam Buarque e não no governo Roriz. A moradora declara em um primeiro momento ter recebido o lote em 1997, acompanhando a filha nesse lembrar, mas isso é questionado pela nora, pois esta lembra-se de chegar em março de 1996. De acordo com as moradoras:

(Eu) - Que ano mais ou menos a senhora chegou aqui no Recanto?

(Filha) - 97.

- 97.

(Nora) - Não. Nós chegamos em 96, em março de 96 e vocês já tavam aqui.

- E nós já tavamos aqui, hein Biu.

(Nora) - É.

(Marido) - Foi mais ou menos 96 (MARIA ALCINDA, 2016).

O marido Deusmar intervém não só conciliando, mas evitando maior debate. Como Maria Alcinda logo declara que "nós somos os segundos moradores, aqui nessa quadra somos nós, quando nós chegamos não tinha ninguém" (MARIA ALCINDA, 2016), é possível que a família tenha recebido o lote ainda em 1995⁹. Ela também declara ter passado alguns meses na invasão, entre oito meses e um ano, o que remeteria ao período eleitoral de 1994. A questão surge, então, no debate familiar:

⁹ Em outra entrevista, a da moradora Arlete, mãe da nora de Maria Alcinda, esta menciona que lembra-se de ter sido contemplada com o lote em 95: "já, quando eu ganhei aí já, quando eu ganhei o lote. (...) É, do, eu acho, deixa eu ver... Tem vinte e um anos, então foi... (...) 95" (ARLETE, 2016).



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

(Filha) - Já tinha a inscrição e tudo, já sabia que ia sair, aí minha mãe falou "então vamos". Aí, a gente veio pra essa invasão, aí a gente ficou morando lá, acho que um ano? Não, não foi nem um ano né.

- Não foi um ano não.

(Filha) - Foi uns oito meses, nove meses, por aí. A gente ficou morando nessa invasão. Aí, de lá saiu o lote, aí a gente veio pra cá, da invasão pra cá.

(Eu) - Mas o fato de vocês estarem na invasão não ajudou ou atrapalhou a ganhar o lote aqui?

(Filha) - Não, porque já ia sair.

- Já ia sair. É porque a gente não quis ficar lá mesmo.

(...)

- Aí, acho que não foi nem com oito meses, a carta chegou lá na casa do, do irmão dele, pra gente receber o lote (MARIA ALCINDA, 2016).

Termos como "já sabia que ia sair", "já ia sair" indicam que a família tinha alguma segurança de que o lote viria e rumaram para a invasão localizada no Recanto das Emas. É esclarecedora, nesse sentido, uma reportagem do Jornal do Comércio do Amazonas, de 29 de janeiro de 1995, cujo título é "Catadores invadem as áreas há quase 10 anos". Nessa reportagem que trata de famílias de catadores que invadiram áreas próximas ao Palácio da Alvorada, podemos ler também que:

A falta de moradia - consequência do elevado número de migrantes que ainda partem em direção à capital federal - é apontado como o principal problema a ser enfrentado pela administração do DF.

Mais de 39 mil famílias estão inscritas no Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab) à espera de um lote semiurbanizado.

O novo governador, Cristovam Buarque (PT), só vai conceder, porém, outros 5 mil terrenos que seu antecessor, Joaquim Roriz (PP), deixou com indicação de beneficiário já pronta¹⁰.

É muito provável que Maria Alcinda e sua família estejam a narrar as lembranças de sua participação nesse processo, em que eram uma dessas famílias, que mesmo não recebendo o lote propriamente dito no período eleitoral, haviam recebido uma "indicação de beneficiário". Isso foi suficiente para garantir sua devoção a Roriz. Essa questão também é importante para percebermos como esse "tempo do Roriz" se estende nas narrativas das moradoras para além dos períodos em que Roriz era o governador do DF.

Outro exemplo disso é contado por Arlete, que também recebeu seu lote na quadra 204 nesse período, "em março de 96", segundo a filha, que é nora de Maria Alcinda. Em sua narrativa, ela dá a ver e a ler como a ideia de receber um lote e agradecer ao Roriz faz parte

¹⁰ Miseráveis Cruzam Caminho de FHC - Catadores Invadem as Áreas há Quase 10 anos. Jornal do Comércio do Amazonas, Manaus, 29 jan. 1995, Variedade, p. 10.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

do imaginário dos agentes desse processo e como esse "tempo do Roriz" se estende para além do período de seus governos. Nesse caso, há a figura de um fiscal que, de acordo com a narrativa de Arlete, fazia a entrega dos lotes aos moradores na quadra 204. Fiscal com quem ela passou a ter amizade, pois "ele pegou amizade com os meus meninos, ele brincava muito com os meus meninos, ajudava" (ARLETE, 2016). Ela nos conta que o fiscal se dirige ao vizinho que quase perdeu o lote com o seguinte alerta: "ele olhou assim e falou assim 'ó, você agradece né o Roriz não, vai é agradecer é ela, viu. E é por causa desses menininhos'. (...) Aí, ele sensibilizou, que eu pedi, ele falou 'ó, você agradeça o Roriz não, você agradeça ela aqui'" (ARLETE, 2016). Mesmo se não é Roriz o governador do DF, é a ele a quem se dirigem os agradecimentos pelos lotes, que o fiscal redireciona para a amiga. Mais uma vez, se estende esse "tempo do Roriz", de que falou Ana, pelos cantos do Recanto das Emas, enraizado no imaginário e nas narrativas das moradoras.

Entre tantos agradecimentos, no entanto, circulam outros elementos para pensar o Recanto das Emas nessas narrativas. Deusmar destaca Roriz como responsável pela desapropriação da Só Frango em 1994, período de seu governo. Se, para o morador, "esse Recanto todinho era da Só Frango", no texto da lei 668/94 de 28 de janeiro de 1994, o espaço ocupado pela empresa é definido como aquele que "situa-se entra a DF-001 (E.P.C.T), Núcleo Rural MONJOLOS, Núcleo Rural Vargem da Bênção e Assentamento Recanto das Emas"¹¹. De acordo com a mesma, o objetivo da desapropriação é "liberar a área para atender ao Programa de Desenvolvimento Econômico do DF, mediante criação de espaços destinados à instalação de atividades do tipo comércio, prestação de serviços, oficinas, armazéns, depósitos, garagens e similares". Não há menção a assentamento de população na área no entanto.

Uma nova lei, 15463/94, de 24 de fevereiro de 1994, ainda no governo Roriz, vem substituir a primeira para a desapropriação da área, que aparece delimitada "pelos limites descritos, e ocupada pela SÓ FRANGO ALIMENTOS LTDA. é de 530,9880 ha, embora a área indicada no Contrato de Arrendamento respectivo seja de 463,17,30 hectares"¹². Nessa nova lei, também é acrescentada a urgência da desapropriação, que seria paga com recursos da Terracap. Porém, uma reportagem do Jornal do Comércio (AM), de 22 de dezembro de 1996, denuncia que essa desapropriação fazia parte de um esquema criminoso, responsável por desapropriar terras por valores muito acima do preço de mercado da área. De acordo com a

¹¹ GDF. Lei nº 668, de 28 de janeiro de 1994. Estabelece a criação do Recanto das Emas. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 31 jan. 1994, página 7, coluna 2.

¹² GDF. Decreto nº 15463, de 24 de fevereiro de 1994. Estabelece a criação do Recanto das Emas. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, nº 38, seção 1, 2 e 3, de 25 fev. 1994, página 1, coluna 1.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

reportagem, o novo presidente da Terracap à época, José Roberto Bassul, já ligado ao novo governo que havia assumido em 1995, informou que:

"Um dos casos que chamou mais a atenção foi a desapropriação da Só Frango para implantar o Recanto das Emas, o que exigia ainda que o Governo desembolsasse R\$ 11 milhões", disse. "Com o apoio da Justiça, conseguimos reabrir o processo de desapropriação e reduzir o valor para R\$ 5 milhões" enfatizou¹³.

Esse caso de desapropriação ainda tem desdobramentos no governo seguinte, novamente de Roriz, já que em 06 de dezembro de 2001, conforme publicado no sítio da Controladoria Geral da União (CGU), a Corregedora-Geral da União, Ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues, adotou providências quanto aos fortes indícios de prejuízos à Terracap. De acordo com a publicação:

Desapropriação de terras com 504,12 hectares, na Área Especial do Núcleo Rural Monjolos, por força do Contrato de Arrendamento nº 060/92, em favor da empresa Só Frango Alimentos Ltda., que teria originado indenização no valor de R\$ 8.895.946,76 (oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), correspondendo R\$ 17.646,48 por hectare¹⁴.

Não obstante a divergência nos valores, todos esses documentos indicam os inúmeros problemas e diferentes interesses envolvidos no processo de formação do espaço do Recanto das Emas, que vão além da construção imaginária de um "papai Roriz" dando lotes aos pobres. Existem tensas e intensas relações dessas moradoras com o espaço e o tempo da história e da memórias do Recanto das Emas, expressas em suas formas de lembrar e narrar a cidade. Suas lembranças e narrativas recriam um imaginário de Roriz, tanto quanto são construídas a partir dele.

Podemos perceber elementos desse imaginário no caso de uma troca de acusações envolvendo Roriz. A disputa foi veiculada no jornal Correio Braziliense (CB), no que foi denominado na época de "farra dos lotes", em 1999, período já do retorno de Roriz ao governo. Na reportagem "Invasões", de 15 de setembro de 1999, é denunciado que "os números são assustadores. O DF e a região do Entorno já apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico do país"¹⁵. A matéria do jornal prossegue informando que "os

¹³ TERRACAP Agiliza Desenvolvimento. **Jornal do Comércio do Amazonas**, Manaus, 22 dez. 1996, Economia, p. 6.

¹⁴ CGU quer reparação dos prejuízos da União nas desapropriações da Terracap. Brasília: sítio da CGU, 2001. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2001/12/cgu-quer-reparacao-dos-prejuizos-da-uniao-nas-desapropriacoes-da-terracap>>. Acesso em 28 set. 2017.

¹⁵ Invasões. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 set. 1999, Cidades, p. 10.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

cálculos mais otimistas dão conta de que 12 mil famílias vivem em invasões no DF e não se podem esquecer as milhares de pessoas que residem em condomínios irregulares”. Desse modo, conclui que “com a política de distribuição de lotes e a consequente divulgação das doações, o ciclo se perpetua e se agrava o fenômeno migratório dos últimos anos”.

O governador Roriz era, mais uma vez, acusado de incentivar a migração com fins eleitoreiros, como em seus dois mandatos anteriores. Para rebater as afirmações do jornal, Roriz deu uma declaração, que teve trechos publicados em nova matéria do CB do dia seguinte. O discurso foi proferido para cento e cinquenta pessoas que foram à sede da Secretaria de Assuntos Fundiários para a solenidade, que marcou a republicação da lista de cem pessoas contempladas com lotes no Setor Habitacional Jardim Botânico. Em sua fala, Roriz acusa o próprio jornal de incentivar as invasões:

O governador sustentou que a cobertura do Correio sobre as invasões, e não ele, é que estimula as ocupações irregulares. “Chegaram ao cúmulo de escrever uma grande manchete: ‘Corra que o lote vem aí’ (capa de Cidades de terça-feira, retratando o corre-corre em Santa Maria entre pessoas que buscavam inscrição no programa habitacional). Fretaram ônibus da Bahia, fretaram ônibus do Piauí porque atenderam ao apelo do Correio Braziliense. Vieram para invadir Brasília”¹⁶.

É importante destacar que as duas posições nos chegam pelas matérias do jornal CB. O jornal marca uma posição crítica à política de distribuição de lotes, identifica o problema como “um fenômeno migratório dos últimos anos”, além de marcar uma diferença entre “invasões” e “condomínios irregulares”, entre os que seriam invasores e os que seriam residentes. Para o CB, os residentes, moradores dos condomínios irregulares, que são poupados de sua crítica, é composta pela classe média de funcionários públicos que também participou do processo de ocupação irregular do território do DF, mas que sempre recebeu um tratamento diferenciado tanto do governo, quanto da imprensa. A identidade indesejada de invasores também aqui é destinada à população de baixa renda. A crítica do jornal ao então governador vem acompanhada do “desejo de evitar esse crescimento”, afinal “os números são assustadores” segundo a publicação.

Segundo o governador, os invasores chegam em ônibus fretados da Bahia, Piauí “para invadir Brasília”. Quem estaria estimulando a invasão para Roriz seria a própria imprensa, o “apelo do Correio Braziliense”, que veiculou notícias de lotes, e não sua política habitacional. Não é por acaso que o discurso de Roriz foi proferido em uma solenidade de regularização de lotes. Nem o jornal, nem o governador, no entanto, fazem qualquer referência ao histórico

¹⁶ Roriz Responde ao Correio. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 set. 1999, Cidades, p. 8.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

processo de ocupação do território do DF. Nos dois casos, pelo contrário, a questão da ocupação é tratada como algo recente e não existe espaço para a "caridosa" entrega de lote narrada por Dasdores. Essa doação, feita pela esposa do governador, seria a garantia de um direito de quem já tinha se inscrito, mas não tinha recebido. História que ela narrou para a senhora Weslian e para nós, já que "não tinha onde morar, morava de aluguel", assim como também narrou que vivia em seu lote em Valparaíso, entorno do DF. Também não cabe, seja no discurso do CB, seja no de Roriz, a narrativa dos vários anos vivendo de aluguel na Ceilândia, seguidos de anos em um barraco de fundos, antes da passagem pela invasão, narrados por Maria Alcinda. Até que ela receba sua indicação de recebimento de lote ainda no período eleitoral.

Se encontramos brechas nessas narrativas, devemos além da crítica a elementos desse imaginário, ter também sensibilidade a essa tensa e intensa relação entre imaginário e memória, onde não cabem determinismos, mas sim diálogos (Cf. [PESAVENTO](#), 2008: 4). Também são tensas e intensas as relações das moradoras com o espaço e o tempo da história e da memória do Recanto das Emas, expressas em suas formas de lembrar e narrar a cidade, o que incluía relação com o governo Roriz. Em todo o seu livro, mas especialmente no terceiro capítulo intitulado "O Asfalto", Antonádia Borges percebe e analisa tais relações ao focar, por exemplo, um comício do então governador reeleito, na cidade vizinha Riacho Fundo 2 (Cf. [BORGES](#), 2003: 89). Sem definir as práticas políticas de Roriz como populistas, a autora destaca a presença dos "azuis", partidários do governador, que estavam presentes no comício, ocupavam cargos na Administração Regional e integravam essa complexa relação de trocas. Para Borges, essas práticas eram alimentadas também pelos discursos do governador, como o que ela presenciou:

"Eu gostaria de ter arranjado um lote muito grande para vocês. O Brasil é o maior país do mundo. Não é direito que cada um não tenha o seu pedacinho de chão."
Os presentes deliravam, muitos tinham sido assentados recentemente e era a eles que o governador se dirigia. Porém, apesar da enfática alusão ao lote – moeda fundamental nessas transações – o motivo da vinda do governador à cidade era outro: "aonde tiver uma rua sem asfalto, lá eu estarei" ([BORGES](#), 2013:103).

Ao fazer alusão ao Brasil como "o maior país do mundo", ao ressaltar que cada um tenha "o seu pedacinho de chão", Roriz condensa a experiência de errância daquelas pessoas, bem como suas expectativas por um espaço de morar, com seu declarado desejo de "ter arranjado um lote muito grande para vocês". Entende-se, assim, como levou aquelas pessoas ao delírio. Também é possível encontrar ressonâncias de discursos como esse, que



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

(re)afirmam a imagem de Roriz como pai provedor, nas lembranças narradas por Maria Clara, ao contar que "aí, eles pegaram, o Roriz, aí, falou 'não, vou tirar vocês desse sofrimento', aí tirou né. Ele limpou essa área aqui e passou nós" ([MARIA CLARA](#), 2017), quando a moradora se refere à remoção da invasão para a quadra 510. Ou ainda, no que narra Maria das Benções:

- Foi, o governo do Roriz foi quando ele deu os lotes pra gente. E falou assim "esses lotes não é pra vender, você morrer, deixa pros filhos".
- Ele veio aqui? Entregar? Nessa época dos lotes?
- Ele veio aí lá no Rorizão ali.
- Ah, tá, no restaurante?
- É, no restaurante. Todo mundo ficou alegre nesse tempo, que recebeu esse lote, porque a gente tava no sufoco de aluguel ([MARIA DAS BENÇÕES](#), 2016).

Também nessa lembrança narrada, esse "deixa pros filhos" traz a ideia de estabilidade para essas pessoas, de acabar com a errância, que tanto marcou suas experiências. Entre o espaço da 115 e do restaurante comunitário, entre o tempo alegre de ganhar o lote e a vinda "lá no Rorizão", a imagem do restaurante popular, que recebe o nome do governador no aumentativo, surge não só como referência espacial, temporal e memorialística para nossa análise, como espacializa a figura de Roriz na cidade. A experiência recontada por Maria das Benções talvez fosse dirigida a outras pessoas recentemente assentadas, já em outro mandato de Roriz, entre 2003 e 2006, período da construção do restaurante comunitário no Recanto das Emas, assim como ocorreu no comício analisado por Borges. O restaurante comunitário foi inaugurado em 24 de junho de 2005, de acordo com reportagem do jornal CB da mesma data¹⁷. Também é possível que ela tenha se lembrado de uma fala da época do recebimento de seu próprio lote, a qual está amalgamando a outro período, como tantas vezes acontece no compromisso de fidelidade da memória destacado por Ricoeur (Cf. [RICOEUR](#), 2012: 70). O que considero mais importante é destacar como a memória da construção do espaço do Recanto das Emas, ou seja, as formas de lembrá-lo e narrá-lo, está imbricada com imagens e lembranças da política de Roriz, afinal "o governo do Roriz foi quando ele deu os lotes pra gente", segundo a moradora.

Maria João também tem um modo de recontar o envolvimento com políticos e a política do DF, que guarda semelhanças, mas com desfecho diverso. Ela menciona a figura do então senador Valmir Campelo, que era candidato governista à sucessão de Roriz¹⁸ na eleição de 1994, a primeira desde a criação do Recanto das Emas. Segundo a narrativa da moradora:

¹⁷ Restaurante Comunitário Inaugurado. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jun. 2005, Cidades, p. 24.

¹⁸ Roriz distribui lotes para eleger Campelo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 1994. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/15/caderno_especial/42.html. Acesso em: 28 set. 2017. A reportagem informa os esforços de Roriz para eleger o sucessor ao governo do DF.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

Engraçado, o Valmir Campelo, não sei se você se lembra, foi administrador de Taguatinga. Uma vez, eu trabalhava numa loja, era gerente da Rosa de Ouro e ele me ofereceu, ele era muito amigo do meu patrão e ele me ofereceu um lote na Santa Maria. Ele falou "ah, você só precisa ir pra lá e ficar lá uma semana, acampar lá uma semana, eu te dou um lote". Eu falei "não, não vou". Aí o Juscelino então até falou "mas você precisa, você paga aluguel, tudo", eu falei "não, quando sair meu lote, legalmente, eu vou né". Essas coisas assim de... Eu não nasci, eu falei "eu não nasci pra invadir propriedade de ninguém" ([MARIA JOÃO, 2016](#)).

O candidato Valmir Campelo não encontrou na senhora Maria João a mesma receptividade que a primeira-dama Weslian encontrou em Dasdores ou que o governador Roriz encontrou em Antônio. Mas a ideia de "você só precisa ir lá e ficar lá", "eu te dou o lote", remete também à experiência narrada por Maria Alcinda e sua família, que rumam para a invasão, ao mesmo tempo em que deixam quase tudo no barraquinho de fundo de quintal em Samambaia, com a certeza de que receberiam seu lote após a eleição do sucessor de Roriz¹⁹. Também reverbera as palavras de uma pessoa do IDHAB narradas por Maria Clara: "'Maria, se você não procurar uma invasão, você não ganha sua, seu lote'. Eu falei 'mas eu tenho tanto medo, invasão é perigoso'. Ele falou 'não, mas só sai se for assim'" ([MARIA CLARA, 2017](#)).

No caso de Maria João, mesmo ouvindo que "eu te dou um lote" do amigo do patrão, ela narra que insistiu em esperar o lote "legalmente", afinal "não nasci para invadir propriedade de ninguém", mesmo que o patrão atue na narrativa como o contraponto que a lembra que ela precisa, que paga aluguel, para justificar a necessidade de quem morava num barraquinho no P. Sul, separada dos filhos. Ela já contara que "esperei, esperei, olha, eu acho que esperei uns oito anos pra poder receber isso aqui" ([MARIA JOÃO, 2016](#)), o que compreenderia o período desde a separação do primeiro marido em 1985.

Ainda que relate ter chegado a Brasília em 1985, Maria Clara conta ter feito sua inscrição apenas em 1994, período eleitoral aqui já discutido, tendo recebido o lote em 2000, "foi antes, já tinha uns seis anos que eu tinha inscrito" ([MARIA CLARA, 2017](#)). Em sua narrativa, além de valorizar a imagem de provedor de Roriz, que encerra seu sofrimento e lhe garante o lote, há também destaque negativo para a imagem de um de seus opositores,

¹⁹ Em sua pesquisa, Borges menciona a figura de Olga, moradora do Recanto das Emas e com trânsito entre as figuras políticas locais, que faz menção à experiência dessa eleição na qual concorreram no segundo turno, Cristovam Buarque (coligação PT/PSTU/PPS/PSB/PCdoB) e Valmir Campelo Bezerra (coligação PTB/PFL/PMDB/PP). Buarque foi eleito com 460.137 votos, contra 393.710 de Campelo, candidato apoiado por Roriz. De acordo com a autora e a moradora, "esse círculo de boas relações de Olga perdeu força e extensão entre 1995 e 1998. Com a vitória de Cristovam Buarque, houve uma recomposição no quadro de funcionários da Administração. Como havia 'trabalhado na política', mas sem muita convicção – afinal, o candidato 'não era o próprio Roriz'" ([BORGES, 2003: 72](#)).



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

Cristovam Buarque, que apesar de vencer o candidato de Roriz em 1994, acabou derrotado pelo próprio Roriz em 1998. A moradora sintetiza a questão da política habitacional distintas dos dois governadores ao contar a violenta repressão durante o governo Cristovam, que marca fortemente suas lembranças. De acordo com a moradora:

- O Cristovam, na época, batia nos inva, mandava bater nos invasores, isso aí, não foi, às vezes...

(Filha) - Teve uma chacina na Estrutural por causa disso, né?

- Às vezes, a pessoa fala é mentira, mas não foi não, ele tanto bateu, mo, é, jogou, mandou jogar bomba de gás na época. Portanto, eu mesma fui uma, que quando saiu a primeira Bolsa Escola, ela tava no programa. Uma mulher foi agradecer, ele foi, aí, eu fiquei assim tão assim, não falei nada, mas eu fiquei assim, eu falei "como é que pode a pessoa ser assim, né, porque pensa que tem as coisas", mas ainda pensando "tem hoje, mas amanhã não sabe nem, que Deus pode tirar tudo, né?" Aí, ele pegou e falou pra mulher, falou "ah, obrigado, que a senhora da Bolsa Escola", ele falou "não, cê não tem que agradecer não, que nós, se fosse pra nós tirar do nosso bolso, não ia sair do nosso bolso, isso aí são os impostos que vocês tão pagando", falei "vai". Falou bem alto e ainda...

(Filha) - Mas eu sou contra esse Bolsa Escola...

- Na maior educação, falta de educação com a mulher ([MARIA CLARA, 2017](#)).

Num primeiro momento, é como se o próprio governador batesse nos invasores, mas logo ele é quem manda bater, jogar bomba de gás, nas pessoas que como ela e a filha precisaram invadir um lote. Isso é complementando pela lembrança da filha Vanessa da "chacina na Estrutural"²⁰. Para adensar essa lembrança, da qual Maria Clara afirma que há quem duvide, ela narra a experiência que teve ao conhecer o governador Cristovam Buarque, quando recebeu o "primeiro Bolsa Escola", programa que garantia um rendimento às famílias de baixa renda que mantivessem os filhos sem faltas na escola. A moradora nos conta, então, sobre a mulher que fora destrutada pelo governador, que esnoba seu agradecimento e nega seu vínculo com o benefício, pois ele não tiraria do seu para dar a ela. Isso significa para Maria Clara a distância entre Cristovam, "que pensa que tem as coisas", que nunca as compartilharia, e os beneficiários dos "impostos que vocês tão pagando". Dessa forma,

²⁰ Testemunhas afirmam que ex-Governador Cristovam Buarque autorizou Operação Tornado na Estrutural. Sítio TJDF, 2003. Disponível em: <www2.tjdft.jus.br/noticias/noticia.asp?codigo=3438>. Acesso em: 28 set. 2017. O incidente conhecido como "Massacre da Estrutural" aconteceu no dia 08 de agosto de 1998, já na campanha eleitoral. Um soldado da PM morre com um tiro na cabeça durante uma operação de desarmamento chamada Tornado. De acordo com reportagem no sítio do TJDF, essa operação, que "tinha por objetivo efetuar o desarmamento de Ceilândia e Samambaia", de acordo com depoimento do Coronel Aníbal Person Neto ao tribunal, se estendeu "até a invasão da Estrutural, em agosto de 1998". Em agosto de 2015, portanto, dezessete anos após a ocorrência, com ampla cobertura da imprensa, foi realizado o julgamento de nove policiais, que acabaram inocentados.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

Cristovam surge como violento com os invasores, arrogante e mesquinho, o que, segundo ela, reafirma a imagem de Roriz, como o que acaba com o sofrimento, humilde e sempre pronto a compartilhar lotes com os mais pobres. As imagens dos dois governadores se estabelecem na narrativa dessa moradora por um contraste direto, que está articulado a esse imaginário de Roriz como um pai provedor de lotes²¹.

Borges destaca em sua pesquisa, iniciada pouco tempo após a vitória de Roriz sobre Cristovam nas urnas, que a oposição entre azuis e vermelhos é fundamental para entender essa vida política tão presente no Recanto das Emas e contada por suas moradoras. No entanto, a autora destaca que:

Poucos são os que vêm algo de definitivo no apoio que dão ou deram a Roriz ou a Cristovam. Um morador do Recanto das Emas chegou a declarar que somente seguia incondicionalmente a Deus – porque esse era único e eterno. Quanto ao governador, ele o apoiava, trabalhava em sua campanha e em seu governo, era enfim um "adepto de Roriz". Ao contrário do que o senso comum apregoa, sustentado pela presumida transparência das estatísticas eleitorais, nem todos que vivem no Recanto são adeptos de Roriz, nem muito menos adeptos cegos de algum outro ícone da oposição. O trabalho etnográfico realizado aponta para uma vida política que não está além ou aquém do dia-a-dia. A vida política não se localiza, portanto, em uma outra esfera, onde operaria uma outra lógica que não a da própria vida. Nessa cidade as cores das facções políticas não são usadas exclusivamente em um âmbito "estritamente político" e tampouco de modo aleatório. Tanto azul, quanto vermelho, identificam uma vida política intensa, em que o sentido de um dos termos só é dado pelo contraste que estabelece com o outro par de oposição ([BORGES](#), 2003: 118).

Mesmo tantos anos após o trabalho etnográfico de Borges, acredito que é possível perceber nesses cantos que são contados uma duradoura gratidão, muito embora seja fundamental perceber que não há cegueira nessas adesões, como ela destaca. Se há algo de "definitivo no apoio" desses atos de lembrar de várias dessas moradoras com relação a Roriz, isso passa pela estratégias e táticas possíveis para garantir as melhores oportunidades vislumbradas por essas moradoras ao longo de suas experiências com relação ao governador e sua política habitacional populista. Nesse sentido, Roriz surge e ressurgue como uma marca no tempo e no espaço para que essas mulheres lembrem e narrem suas vivências e a cidade do Recanto das Emas.

²¹ Em um artigo que trata do imaginário urbano em áreas de risco do DF, Costa e Peluso destacam o forte imaginário de perseguição e violência, que marca as lembranças sobre o período do governo Cristovam na memória de moradores de áreas irregulares do DF como a Cidade Estrutural. De acordo com um entrevistado da pesquisa: "Aí quando o Cristovam tomou conta daqui e começou a brigaria dele, né. Ele tirando gente e batia em gente e fazia muita judiância com as pessoas, aí não ficou ninguém também" ([COSTA & PELUSO](#), 2016: 25).



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

Se Dasdores menciona que esteve inscrita por dezoito anos na antiga CODHAB, na narrativa desse itinerário em direção à conquista de um lote, que lhe foi dado e não pago, meu objetivo aqui é destacar tais detalhes para fundamentar como cada recontar o seu recanto dá a ver e a ler esses "índices" de práticas governamentais, políticas habitacionais populistas, supostas caridades em torno da aquisição do lote. Esse processo envolve experiências e expectativas, invasões e recusas, encontros e comícios, mas se estende para a água encanada, a luz, o asfalto, pois como disse Roriz no comício citado anteriormente "aonde tiver uma rua sem asfalto, lá eu estarei". Se estende até mesmo para além da pessoa do próprio Roriz, proliferando em seus incontáveis herdeiros políticos²².

Podemos perceber como isso permeia o cotidiano das habitantes na narrativa da moradora Maria Eustáquia, ao contar que "quando veio o IPTU pra nós pagarmos, ele veio muito caro né. Aí até teve um, eu esqueci o nome dele, um político que teve, e ele orga... Assim, ele resolveu pra nós" (MARIA EUSTÁQUIA, 2016). Esse "resolveu pra nós" vai perpetuando nos impostos devidos, no asfalto, nas clínicas da família essa complexa relação de troca, que se inicia com o lote, ainda que mudem os governos e os políticos, mas que não perde o personalismo populista. Temos, portanto, elementos que compõe esse "tempo do Roriz", que se confunde com esse "tempo de Brasília" pelo espaço do Recanto das Emas. Entre o tempo da inscrição, do não ter recebido, do sair no jornal, do receber, do pagar impostos, do receber a escritura, interessa esse contar pra si e pros outros que compõem os cantos do Recanto.

Referências

ANA*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

ANTÔNIO*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

ARLETE*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

DASDORES*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

²² Entre esses herdeiros políticos, vários são parentes que empunham o sobrenome Roriz, como as filhas Jacqueline Roriz, ex-deputada federal, e Liliane Roriz, deputada distrital, o neto Joaquim Roriz ou o sobrinho Tadeu Roriz, ex-deputado distrital. Além desses herdeiros de vínculo biológico, existem muitos outros que ocuparam postos em governos de Roriz e se atrelam ao seu capital político como o ex-governador José Roberto Arruda, o deputado federal Rogério Rosso, entre muitos outros.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

MARIA ALCINDA*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

MARIA CLARA*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

MARIA DAS BENÇÃOS*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

MARIA EUSTÁQUIA*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

MARIA JOÃO*. Depoimento [2018]. Brasil.Entrevista concedida a Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos.

*Os nomes das moradoras e suas parentes foram alterados. Foram realizadas dez entrevistas semi-direcionadas através do método de história oral.

BENJAMIN, Walter (1994). **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. São Paulo: Brasiliense.

BORGES, Antonádia Monteiro (2003). **Tempo de Brasília**: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro : Relume Dumará.

CERVI, Emerson Urizzi (2001). As Sete Vidas do Populismo. [Revista de Sociologia e Política](#), n. 17. Curitiba, Nov. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200012. Acesso: 28 set. 2017.

CERTEAU, Michel de (2014). **A Invenção do Cotidiano**. São Paulo: Vozes.

COSTA, Everaldo & PELUSO, Marisa (2016). Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. XXI, n. 1.151. Barcelona: Universidad de Barcelona.

GOMES, Ângela de Castro (1996). O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil. **Tempo**, Rio de Janeiro.

LOUSADA, Maria Alexandre (2005). Espacialidade em debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime. **Ler História**, n.48, p.35-39, 2005.

MEIHY, José Carlos (2006). Os Novos Rumos da História Oral. In: **Caminhos da História**. São Paulo: FFLCH-USP.



DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8650468

PESAVENTO, Sandra J. História, Memória e Centralidade Urbana (2008). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Debates, 05 jan. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/3212>. Acesso em: 28 set. 2017.

RICOEUR, Paul (2012). **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas: Unicamp.

SEAWRIGHT, Leandro (2017). **Entrevista ao sítio Café História em 19 jan. 2017**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-oral-entrevista>. Acesso em: 28 set. 2017.